



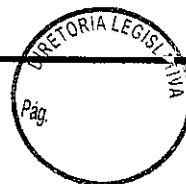
Diário da Assembléia

AVULSO

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 28 DE ABRIL DE 1.998

ANO XXIV

Mesa Diretora



ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

LUIZ CARLOS ZUK
1º Vice-Presidente - PDT

NEIVO BERALDIN
2º Vice-Presidente - PP

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI
3º Vice-Presidente - PMDB

LUIZ CARLOS MARTINS
1º Secretário - PDT

NELSON GARCIA
2º Secretário - PFL

ANTONIO ANNIBELLI
3º Secretário - PSDB

IRONDI PUGLIESI
4º Secretária - PPB

ANGELO VANHONI
5º Secretário - PT

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Governo	Deputado Valdir Rossoni
PFL	Deputado Plauto Miró
PTB	Deputado Ademar Traiano
PMDB	Deputado Orlando Pessuti
PPB	Deputado Augustinho Zucchi
PT	Deputado Péricles H. de Mello
PDT	Deputado Edgar Bueno
PL	Deputado Horácio Rodrigues
PSN	Deputado Emerson Nerone
PSDB	

Representação Partidária

PFL - 18: Anibal Khury - Basílio Zarusso - Cleiton Cristóvão - Durval Amaral - Edno Guimarães - Eduardo Trevisan - Élio Rusch - Geraldo Cartório - Hidekazu Takayama - Jíllo Ando - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins - Marquinhos Alves - Milton Puppio - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães - Reny Borsatto - Walnor Trentini; PTB - 11: Ademar Traiano - Albanor Gomes - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Joel Coimbra - José Tavares - Luiz Accorsi - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PMDB - 08: Antonio Annibelli - Caio Quintana - Luiz Claudio Romanelli - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Renato Adair - Sâmis da Silva - Toti Colaço; PPB - 07: Augustinho Zucchi - César Seleme - Duílio Genari - Edson Silva Lino - Irondi Pugliesi - João Techy Filho - Neivo Beraldin; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Florisvaldo Fier - Irineu Colombo - Péricles Mello; PDT - 02: Edgar Bueno, Luiz Carlos Zuk; PSDB - 02: José Maria Ferreira - Sérgio Spada; PL - 01: Horácio Rodrigues; PSN - 01: Emerson Nerone.

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

Artigo Único - Os artigos 46 e 50 da Constituição do Estado do Paraná passam a ter a seguinte redação:



“Art. 46 - A Segurança Pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos é exercida, para a preservação da ordem pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio, pelos seguintes órgãos:

- I - Polícia Civil;
- II- Polícia Militar;
- III- Polícia Científica.

Parágrafo único - O Corpo de Bombeiros é integrante da Polícia Militar.

“Art. 50 - A Polícia Científica com estrutura própria, incumbida das perícias de criminalística e médico-legais e de outras atividades técnicas congêneres, será dirigida por perito oficial de carreira da classe mais elevada, na forma da lei.

§ 1º - A função policial científica fundamenta-se na hierarquia e disciplina.

§ 2º - O Conselho da polícia científica é órgão consultivo, normativo e deliberativo, para fins de controle do ingresso, ascensão funcional, hierarquia e regime disciplinar das carreiras policiais.

§ 3º - Os cargos da Polícia Científica serão providos mediante concurso público de provas e títulos, observando o disposto na legislação específica.

Sala das Sessões, em 28 de abril de 1998.

(a) Joel Coimbra.

Apoiamento: Doutor Rosinha.

João Techy.

Hermas Brandão.

Augustinho Zucchi.

Neivo Beraldin.

Eduardo Trevisan.

Luiz Carlos Zuk.

Milton Puppio.

Luiz Carlos Alborghetti.

Sergio Spada.

Sâmis da Silva.

Nelson Tureck.

Walmor Trentini.

Toti Colaço.

Duílio Genari.

Valdir Rossoni.

Angelo Vanhoni.

José Maria Ferreira.

Cesar Seleme.

Marquinhos Alves.

1 Ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Esta proposição visa conferir maior eficiência ao nosso Sistema de Segurança Pública, no que tange à investigação de delitos.

A crescente criminalidade e a sofisticação do crime, principalmente o crime organizado, exige a criação de um órgão destinado especificamente à investigação científica, visando descobrir a autoria e a materialidade das infrações penais.

Em nossa legislação processual penal, o exame de corpo de delito é imprescindível quando a infração deixar vestígios e se constitui, em sua essência, na soberana das provas que embasam as decisões judiciais.

As perícias, quando cientificamente produzidas, tem significação que transcende à própria configuração de ato processual, pois impõem-se como verdadeiro instrumento de garantia da liberdade individual, na medida em que impede a imputação leviana ou insidiosa, muitas vezes urdida, através da abusiva manipulação dos processos empíricos de investigação criminal administrativa.

A Polícia Judiciária considerada "lato sensu", atua, hoje, em dois aspectos distintos: a coleta da prova material - a perícia - e a formação da peça inquisitória, no que aproveita as demais diligências, investigações, depoimentos, buscas, interrogatórios, acareações, etc. Esse último conjunto, obviamente constitui a base advinda da experiência, enquanto que a perícia contrariamente ao primeiro procedimento é de natureza eminentemente técnico-científica.

A prova material, traduzida no Laudo Pericial, é a única peça produzida na fase de inquérito policial que subsiste - sem ser refeita em juízo - até a decisão final do processo.

Por isso o Perito é considerado auxiliar da justiça, definido em normas da lei adjetiva penal, com atuação no exame de corpo de delito, submetendo-se, conseqüentemente, à justiça e disciplina judiciária.

A criação da Polícia Científica, mediante desvinculação funcional, técnica e financeira dos institutos de Criminalística e Médico Legal conferindo-lhes posição autônoma dentro da estrutura organizacional da Secretaria do Estado da Segurança Pública daria maior eficiência ao sistema investigatório e colocaria a polícia combatendo a criminalidade em condições de igualdade.

A desvinculação aqui proposta não é inovação. Em congresso latino-americano de penalistas, cujo objetivo era a apuração da violação dos direitos humanos na América Latina, concluiu-se em tese aprovada que, devido à sua relevância nesse âmbito, a perícia criminal deveria ser deslocada da esfera



policial, como garantia de sua imparcialidade.

Experiências modernas praticadas na Europa (Inglaterra, França, Alemanha, Suíça, etc.) e Estados Unidos, demonstraram o inequívoco acerto dessa autonomia. Nos países citados, os Órgãos Técnico-Periciais, passaram a constituir centros de pesquisas autônomos, ou, conforme o caso, integrando a estrutura de Universidades, dentre cujos cursos, inclusive, há um específico para a formação de peritos em criminalística.

Enfim, deve-se ponderar que a proposta, nos moldes como se acha formulada - desvinculação do Departamento de Polícia Civil para a Constituição de órgãos ligado diretamente ao Secretária de Estado de Segurança Pública - não acarretará ônus para os cofres do Estado, quer em despesa de capital ou de pessoal.

Ambos os Institutos contam com prédios pertencentes à SESP, construídos especialmente para abrigar os serviços periciais, laboratório, necrotério, museus do crime, anfiteatro e sala de aula, etc.

Seus quadros funcionais são específicos e estabelecidos por lei, em carreiras: Perito Criminal, Médico Legista, Toxicologista, Químico Legal, além de pessoal de apoio técnico e administrativo (Auxiliar de Necrópsia e Perito Policial (em extinção)).

A independência, a liberdade e o caráter científico, validades que seriam ampliadas a seus membros, propiciariam extraordinário aumento na eficiência dos trabalhos. A concretização desta proposta envolve também benefícios para a própria Instituição Policial, outorgando maior tranquilidade ao cidadão, inclusive pela possibilidade dos laudos periciais passarem a fortalecer seu cunho científico, em favor da modernidade e dos altos interesses da Justiça Criminal.

Acresce à manifestação em forma de proposições, em congressos da Ordem dos Advogados do Brasil, Ministério Público e Comissão dos Direitos Humanos a nível Federal, favoráveis à desvinculação dos Institutos de Criminalística e Medicina Legal, da Polícia Civil nos Estados.

